

## REPENSANDO O ROMANCE HISTÓRICO<sup>1</sup>

### *REASSESSING THE HISTORICAL NOVEL*

Marilene Weinhardt<sup>2</sup>

**RESUMO:** O texto apresenta uma reflexão acerca dos rumos das teorias sobre o romance histórico, buscando acompanhar as transformações sofridas pelo conceito desde a sistematização proposta por György Lukács (1937). Focaliza-se em particular o ensaio “O romance histórico ainda é possível?”, de Fredric Jameson (2007), e um número do periódico *Le débat* (165, maio-ago. 2011) dedicado as relações da história com a ficção. A tentativa desta abordagem é vislumbrar patamares conceituais e metodológicos que se mostrem operacionais no trato de obras contemporâneas ou não, tendo em vista o percurso realizado tanto pela história como pela teoria literária. A percepção é de que a leitura dessa modalidade narrativa ganha ao se levar em consideração orientações dos estudos históricos no século XX e ao apreender as dimensões do hibridismo que caracteriza a ficção histórica. Palavras-chave: romance histórico; ficção histórica contemporânea; teoria literária.

**ABSTRACT:** This paper presents a review on the paths taken by the theories about the historical novel, seeking to follow the transformations suffered by the concept since the systematization proposed by György Lukács (1937). In particular, Fredric Jameson's essay "O romance histórico ainda é possível?" (2007), and an edition of the journal *Le débat* (165, May-Aug. 2011), devoted to the relations between History and fiction. The goal of this work is to apprehend conceptual and methodological thresholds useful for the analysis of contemporary or not contemporary pieces, taking into consideration both History and literary theory. We argue that there is a considerable gain in the analysis of the historical novel when one considers the orientations of historical studies in the twentieth century and apprehends the dimensions of hybridity that characterize historical fiction.

Keywords: historical novel; contemporary historical fiction; literary theory.

---

<sup>1</sup> Versão reduzida deste texto foi apresentada no Colóquio Internacional Le Roman Historique en Langue Portugaise: repenser le XIX<sup>e</sup> siècle, Université Sorbonne Nouvelle, Paris 3, 28 nov.-01 dez. 2018. No volume dos trabalhos que reunirá as apresentações do evento levará o título “Repenser le roman historique”.

<sup>2</sup> Professora da UFPR; Pesquisadora CNPq.

Há várias décadas venho me dedicando ao estudo da ficção histórica contemporânea no Brasil, em sequência de projetos que englobam a produção desde 1981 até o presente. À vista do conjunto dessas quase quatro décadas, é perceptível o período de ascensão da modalidade na produção nacional, o prolongamento acompanhado de modificações, e a curva descendente, nos últimos anos, do número de lançamentos de romances que dialogam com a história. Minha percepção é que, se já não há razão forte, neste momento, para seguir com o levantamento e análise limitados aos lançamentos, dado que estes rareiam, há outra urgência. Na ânsia de dar conta dos novos títulos que pululavam, as estratégias adotadas na apresentação dos resultados das pesquisas foram de diferentes ordens, desde a abordagem de um lançamento específico até o recorte por assunto ou por recurso narrativo, certamente recorrendo às teorias da ficção histórica, mas sem atenção mais detida a aspectos que permitissem visada de conjunto capaz de formular juízos mais abrangentes. É esta a carência que pretendo satisfazer nas próximas reflexões. Este estudo é o passo inicial da proposta de reler e complementar o instrumental teórico sobre ficção histórica. Nesse processo, me dei conta de que tal revisão pode oferecer também outra perspectiva para a leitura do romance histórico oitocentista, conforme vou retomar e procurar exemplificar na conclusão. Inicialmente, refaço resumidamente o percurso já realizado nos meus próprios trabalhos e, via de regra, dominante entre aqueles que se ocupam em refletir sobre a ficção histórica.

A abordagem das relações entre a ficção e a história, mesmo que já se tenha como pressuposto a delimitação quanto ao que se está entendendo como ficção — sem questionar tal concepção e subentendendo-se que se está referindo à ficção literária — ainda é campo amplo, dado que toda e qualquer ficção narrativa pode ser lida da perspectiva de suas relações com a história, seja com a área de conhecimento que

identificamos sob essa designação, seja com a história literária especificamente. Trata-se aqui de reflexão sobre a ficção que pode ser qualificada como histórica.

No que diz respeito à teoria e à história literárias, é rotina iniciar-se com o romance histórico romântico e remeter ao ensaio *O romance histórico*, de György Lukács, datado de 1937 e somente nesta década traduzido para o português (2011). Leitura que não se limite à caracterização do que o crítico húngaro denomina como “forma clássica do romance histórico”, formulação constante no título do primeiro capítulo, e alcance os capítulos em que há abordagens analíticas específicas, abordando inclusive obras dos anos 30 do século passado, portanto contemporâneas do ensaio, percebe que mesmo a concepção lukacsiana é bastante mais abrangente do que se costuma considerar.

O ponto de parada seguinte, obrigatório, independente do propósito de incorporação ou de rejeição do novo credo, reside nas polêmicas sobre romance pós-moderno, em especial na terminologia cunhada por Linda Hutcheon (1991), a *metaficção historiográfica*, bem como na designação que intenciona marcar a ruptura com o modelo tradicional pela inclusão do adjetivo *novo*, *novo romance histórico*, usado em 1991 por Fernando Aínsa, no título de artigo publicado no periódico *Plural*, “La nueva novela histórica”, e posto em circulação mais ampla com a publicação do volume de Seymour Menton dedicado à produção da América Latina, *La nueva novela histórica de la América Latina, 1979-1992* (1993), publicado simultaneamente em espanhol e em inglês.

Antes de seguir com a teoria literária, faz-se necessária rápida incursão às teorias da história contemporâneas, motivada pela nova terminologia. O intuito é limitado a sublinhar a relevância da abertura verificada ao longo do século passado, iniciada com os estudos que ficaram conhecidos sob a designação História Nova na vertente francesa, correspondendo, de forma aproximada, nos arraiais anglófonos, a exame e revisão dos procedimentos da história narrativa herdada do século XIX. Da

superação da história factual, dos desdobramentos das novas formas de conceber os estudos históricos, aqui reunidos de forma abrupta, mas sem esquecer que é movimento extremamente nuançado, resultaram visões variadas, cuja abrangência é visível na terminologia que assumem. Listo algumas tendências, a título de ilustração da dita variedade, sem nenhuma intenção hierárquica: história de longa duração, história cultural, história dos vencidos, histórica vista de baixo, micro-história, história dos costumes, história das ideias, história das imaginações, história da vida privada e, mais recentemente, história dos afetos. Nem por isso desapareceram de todo usos mais antigos, sobretudo aqueles desenvolvidos na esteira marxista, como história econômica e história social.

A intenção aqui não é mapear o conhecimento histórico e sim lembrar, em ligeira amostra, sua extensão e complexidade, para voltar ao nosso objeto, a ficção histórica. Uma vez que aparece sob a forma narrativa, costuma-se considerar natural que o paralelo seja com a história narrativa, como se esta, por sua vez, se apresentasse de forma una e inteiriça. Entretanto, se considerarmos todas as variáveis, corremos o risco de cair no outro extremo, a indiferenciação, uma vez que toda produção pode ser vista em sua contextualização histórica. Ser histórica é estatuto de toda ficção. Se adotamos essa perspectiva, o adjetivo *histórico*, seja para qualificar romance, seja para ficção, é inócuo. Entretanto, a experiência de leitura de narrativas ficcionais comprova que essa qualificação pode ser operacional para apreender ou marcar algumas particularidades. O modo de que dispomos para conhecer o mundo é pelo estabelecimento de categorias, com base em jogos de semelhanças e diferenças, aproximações e distanciamentos, ainda que o esforço pareça exercitar o caos, como consta no delicioso ensaio de J. L. Borges intitulado “El idioma analítico de John Wilkins” (1995). Assim, não hesitamos em afirmar que há uma modalidade de ficção narrativa que ficcionaliza a história, entendendo-se esta como área do conhecimento, modalidade romanesca distinta de outras, que elegem temas e modos de narrar que

dão indícios de que outros modos de leitura são mais produtivos, ou seja, romances que criam universos ficcionais em que a abordagem privilegiando as relações da ficção com a história não apresenta potencial para apreender particularidades significativas da obra. Insisto bastante na recusa de etiqueta, exclusiva e excludente, em benefício da noção de modo de ler. No panorama das relações da ficção, é preciso não esquecer ainda as necessárias inteirações com outras áreas do conhecimento, entre as quais as mais constantes são a filosofia, a etnografia, a antropologia, a sociologia e a geografia. Esta última parece ter retornado à congregação das Humanidades com força renovada, em vista da atenção que vem sendo dada à espacialidade.

Retomo a linha cronológica do instrumental teórico-crítico no campo literário. Entre os vários estudos aparecidos nas últimas décadas, cumpre destacar o título da espanhola Celia Fernández Prieto, *Historia y novela: poética de la novela histórica* (1998), pelo caráter abrangente e, ao mesmo tempo, detalhista. O trabalho conjuga o rigor conceitual da narratologia com o percurso das discussões sobre aproximações e singularizações dos dois discursos resultantes da trajetória da forma conhecida como romance histórico. Em língua portuguesa, também de caráter analítico, cumpre evocar Maria de Fátima Marinho, com *O romance histórico em Portugal* (1999). No horizonte nacional, o estudo de envergadura teórica francamente assumida é de caráter introdutório, evidente no título e na coleção em que foi publicado, *Introdução ao romance histórico*, de Alcmeno Bastos, publicação de 2007. Os estudos de Antonio Roberto Esteves (2010) e os meus próprios (2011a, 2011b) evocam teorias, mas suas propostas são analíticas, como a maioria da avalanche dos textos críticos sobre o tema resultantes da frequência da ficção histórica pelos romancistas no final do século passado e início deste.

Na primeira década do século XXI vieram agregar-se ao mapa teórico de peso dois novos estudos, significativos quanto à atenção que a modalidade voltou a receber e relevantes quanto aos rumos que dão à discussão. A primeira nota do texto de

Fredric Jameson, introduzido por uma pergunta – “O romance histórico ainda é possível?” –, publicado no número 77 da revista *Novos Estudos*, datado de março 2007, registra: “Conferência apresentada no simpósio ‘Reconsiderando o Romance Histórico’, realizado na Universidade da Califórnia em 26 de maio de 2004. Esta tradução foi feita a partir de cópias datilografadas cedidas pelo autor a *Novos Estudos*. A versão original, em inglês, permanece inédita.” (*Novos Estudos*, 2007, p. 185) O outro texto, intitulado “Trajetos de uma forma literária”, de Perry Anderson, aparece no mesmo número do periódico, com a nota “Conferência como resposta à intervenção de Fredric Jameson, publicada neste número de *Novos Estudos*. A versão original, em inglês, permanece inédita.” (2007, p. 205) Portanto, os brasileiros fomos os primeiros a ter acesso a essas reflexões na forma escrita. Circunstâncias acidentais à parte, o fato de tais traduções aparecerem impressas no Brasil antes da divulgação na língua original diz do nosso interesse nessa forma de ficção. Vale notar que se trata do texto de um pensador cuja produção é centrada na literatura e do texto de um historiador. Chamo a atenção para essa duplicidade de origem, ainda que se possa objetar que não há nada de singular nesse encontro, ou contraposição, afinal previsível na abordagem do romance histórico, visto que é justamente o modo de junção dessas duas áreas que cabe discutir em se tratando dessa modalidade narrativa. Acontece que a proposta do historiador nos deixa, a nós, dos estudos literários, muito mais confortáveis, pela perspectiva contida já no título, na escolha do termo *trajetos*. Perry Anderson reconhece que existe uma forma literária que cumpre um percurso, logo, passa por transformações, transformações essas que não ameaçam sua existência, antes garantem a permanência. Ainda mais consolador para nós, brasileiros, o estudioso encerra marcando a relevância da contribuição latino-americana no panorama do fim do século XX. Frequentemente é possível buscar apoio nessas reflexões para sustentar abordagens da ficção histórica contemporânea. É o texto de Jameson que causa mais incômodo e suscita discussões. A resposta positiva à pergunta contida no título não é

tranquila. Na estratégia que é característica desse pensador, ele apresenta um argumento e logo o desmonta, para voltar ao mesmo por outro lado ou para reformulá-lo.

Recorri a esses dois textos insistentemente, mas de forma fragmentária, de modo a resolver passagens pontuais dos romances estudados, sem a devida atenção à concepção expressa, sobretudo no ensaio de Jameson, onde está o fulcro do que pretendo desenvolver. Daí a necessidade de me alongar no seu exame. Começo citando o período de abertura: “Não será uma falta de respeito, na verdade um sinal de fidelidade, iniciar estas reflexões sobre o romance histórico substituindo o paradigma de Lukács por uma periodização histórica um tanto diversa.” (JAMESON, 2007, p. 185) As referências a exemplos buscados no repertório habitual de leitores do romance histórico se multiplicam e a argumentação é cerrada, para chegar a outra formulação que me interessa destacar:

O romance, portanto, não é apenas a representação de um período de transição histórica, mas também, e em larga medida, a encenação de uma revolução e uma contra-revolução; em outras palavras, de um daqueles eventos paradigmáticos, como a própria guerra, que sempre deve estar no centro de um romance histórico – na minha opinião – para que ele se qualifique como tal.” (JAMESON, 2007, p. 188).

Fui muito resistente a esse conceito por bastante tempo, tendo feito leitura que valorizava demais o aposto “como a própria guerra”, entendendo que o crítico afirmava ser a tematização da guerra condição indispensável ao romance histórico. Também não dei a atenção devida à expressão “não é apenas”; não percebi a força do advérbio “apenas” nessa construção, não atentei que a soma de duas negativas resulta em afirmação, reforçada por sequência de adições.

Outra formulação, constante em um dos raros parágrafos breves do estudo, é especialmente produtiva: “O romance histórico não deve mostrar nem existências individuais nem acontecimentos históricos, mas a interseção de ambos: o evento



precisa trespassar e transfixar de um só golpe o tempo existencial dos indivíduos e seus destinos [...]”. (2007, p. 192) Tenho usado essa proposição como uma espécie de fórmula, que se mostra adequada na maioria dos casos, mas já não dá conta de qualquer produção, não pode dar conta, Jameson mesmo detecta sua datação. Retomando o fio da exposição de Jameson, merece destaque passagem já na sequência, seja pela conceituação, seja pelos recursos estilísticos, explorando sempre o jogo contido no “não apenas” que me traíra de início. O parágrafo é longo, mas não convém fugir de extensa evocação, ainda que com algumas amputações:

O romance histórico, portanto, não será a descrição dos costumes e valores de um povo em um determinado momento de sua história [...]; não será a representação de eventos históricos grandiosos (como quer a visão popular); tampouco será a história das vidas de indivíduos comuns em situações de crises extremas [...]; e seguramente não será a história privada das grandes figuras históricas. Ele pode incluir todos esses aspectos, mas tão-somente sob a condição de que eles tenham sido organizados em uma oposição entre um plano público ou histórico (definido seja por costumes, eventos, crises ou líderes) e um plano existencial ou individual representado por aquela categoria narrativa que chamamos personagens. Seu centro de gravidade, no entanto, não será constituído por tais personagens, ou por sua psicologia, suas vivências, suas observações, suas alegrias ou seus sofrimentos. Esse plano existencial pode incluir todos ou qualquer um desses aspectos, e o modo de ver dos personagens pode variar do convencional ao disperso e pós-estrutural, do individualismo burguês ao descentramento esquizofrênico, do antropomórfico ao mais puramente actancial. A arte do romance histórico não consiste na vívida representação de nenhum desses aspectos em um ou outro plano, mas antes na habilidade e engenhosidade com que a sua interseção é configurada e exprimida; e isso não é uma técnica nem uma forma, mas uma invenção singular, que precisa ser produzida de modo novo e inesperado em cada caso e que no mais das vezes não é passível de ser repetida. (JAMESON, 2007, p. 192).

Mais uma vez, chamo a atenção para o paradoxal caráter inclusivo da negativa, do *não* – o romance histórico não é isso porque não é só isso – bem como para esse movimento do final do trecho, recolocando em questão a originalidade, que fora defenestrada, junto com oajuizamento estético, por adeptos de algumas vertentes teóricas do final do século passado.



A reflexão de Jameson não para nesse ponto. A passagem citada localiza-se pouco antes da metade do texto da conferência. É verdade que muito da sequência é ocupada por transcrição ou súmula de *Guerra e Paz*. Mas o objetivo do exame da obra de Liev Tolstói não é multiplicar a exemplificação de romances históricos, e sim mostrar como o romancista russo deslocou o modelo scottiano. Dessa perspectiva, os longos trechos em que Tolstói se dedica a explicar e discutir conceitos de história, trechos que lhe valeram restrição de tantos críticos que consideram que tal discussão não é adequada ao discurso romanesco, são lidos com outro dimensionamento, seja pela conceituação em si, seja pelo rendimento que tal concepção alcança na figuração das personagens e das ações. Quando estamos embalados pelo brilhantismo da condução da análise, depois de um parágrafo em que fecha a leitura de Tolstói concluindo que este “correspondeu de fato a uma prefiguração do modernismo. Trata-se portanto de um realismo em via de se tornar modernismo” (JAMESON, 2007, p. 199), somos sacudidos para fora da zona de conforto, pela afirmação de que não poderia haver um romance histórico realista, porque seria um paradoxo. O argumento é que dada “a primazia que o modernismo confere à percepção pura [...] o subjetivismo intensificado do texto modernista torna cada vez mais difícil discernir a objetividade da dimensão histórica, [...] a sua autonomia em relação a todas as subjetividades individuais.” (JAMESON, 2007, p. 200) O crítico declara deixar em aberto essa especulação paradoxal como provocação, marcando, no entanto, sua importância,

como uma dúvida e uma hesitação que nos preparariam para o devido espanto diante do renascimento do gênero na pós-modernidade. [...]. O que é relevante é o apetite por imagens da história e do passado em uma época em que o sentido da história sofreu tamanha atrofia que nem o passado nem o futuro têm para nós hoje em dia a urgência e a pertinência que tinham nos séculos XIX e XX. Tais imagens nostálgicas são uma tentativa desesperada de alimentar esse anseio, mesmo que com materiais espúrios. (JAMESON, 2007, p. 201).

O encaminhamento é na direção da discussão sobre verdade histórica tal como é possível hoje, quando não pode mais ser abordada pela verificação nem pela

verossimilhança. Jameson põe mais uma pedra no caminho, quer dizer, duas, ao apontar duas características do presente que atrapalham a percepção da interseção dos dois planos que caracterizam o romance histórico. A primeira, lembrando Hannah Arendt, é “a privatização da vida pública na contemporaneidade” (JAMESON, 2007, p. 202), que dificulta a diferenciação entre histórico e existencial, para que se possa detectar a interseção apontada antes. A outra pedra, operando ao contrário mas com o mesmo resultado, é a catástrofe, que deveria ser única, atingindo a coletividade em momentos particulares, e no presente está transformada em realidade cotidiana, portanto também obstruindo a interseção. A despeito dos impedimentos levantados, as palavras finais são otimistas, vaticinando que “a necessidade irá produzir mais invenção, de modo que insuspeitadas novas formas do gênero inevitavelmente irão abrir novos caminhos.” (JAMESON, 2007, p. 203)

Chego ao penúltimo ponto do roteiro teórico que quero destacar. Um dos mais instigantes ensaios sobre ficção histórica que li nos últimos tempos indica o *corpus* no subtítulo: “La nueva novela histórica latinoamericana (1985-2000) ante las teorías posmodernas de la historia”. O livro de Magdalena Perkowska, lançado em 2008, traz o título *Historias Híbridas*, confessadamente na esteira de Néstor Garcia Canclini. Interessa-lhe a noção de hibridismo cultural para ler as manifestações latino-americanas. Por conta do rendimento alcançado nessa proposta, voltei a consultar *Culturas Híbridas* (1989). A edição utilizada (4 ed. EDUSP, 2008) traz a introdução à edição de 2001, intitulada “As Culturas Híbridas em Tempos de Globalização”. Além de atualizar conceitos e acrescentar comentários, em vista dos ditos Tempos de Globalização, Canclini rebate algumas críticas. Lembra que a origem biológica da palavra *híbrido* “levou alguns autores a advertir sobre o risco de traspasar à sociedade e à cultura a esterilidade que costuma ser associada a esse termo [recordando] o exemplo infecundo da mula”, objeção que Canclini considera “prolongamento de uma crença do século XIX” e refuta afirmando que, desde 1870,

“Mendel mostrou o enriquecimento produzido por cruzamentos genéticos em botânica [...] para aproveitar características de células de plantas diferentes e melhorar seu crescimento, resistência, qualidade.” (CANCLINI, 2008, p. XX-XXI).

Não estamos tratando de culturas de modo geral, mas de uma manifestação em particular, de discursos. Como formação discursiva, o romance histórico é um híbrido. O entrincheiramento do leitor em um ou outro dos discursos presentes na ficção histórica resulta em leitura que tende à esterilização. É no reconhecimento dos processos de interação e intersecção que podem produzir-se novos sentidos, a ressignificação, conceito chave para Magdalena Perkowska, como marca da produção latino-americana do final do século XX.

A produção brasileira contemporânea dá mostras de seguir nessa trilha. A reflexão sobre tal produção, por sua vez, se apenas insistir na filiação à linhagem scottiana, seja para confirmar a legitimidade seja para apontar a bastardia, se não atentar para a atualização dos conceitos de ficção, de romance, e de história, corre o risco de produzir textos estéreis, que não percebem como se opera a ressignificação na história ficcionalizada.

Grosso modo, esse é o que se chamaria, academicamente, o estado da arte. Estado da minha discussão e, pelo que me é dado apreender, a dominante. Não percebo outras propostas ou modos de leitura, horizonte de limitação no qual me incluo. Isso posto, localizo a necessidade de atualização e revisão das questões teóricas.

Não será exagero dizer que se apreende, em algumas das críticas sobre romances históricos, a anacrônica cobrança de concepção realista, ou pelo menos resquício de viés positivista de figuração de verdade, como dado objetivo e único. Em outros momentos nos deparamos com atitude frontalmente contrária, afirmando que a noção de verdade não é preocupação de expressões literárias. O fato é que não encaramos do mesmo modo uma personagem que traz um nome que identificamos

como conhecido dos estudos históricos. A comparação se impõe ainda com mais força quando voltamos a nos deparar com o mesmo nome em outro ou em outros romances, o que vale também para personagens que migram de outras ficções. Com a alteração do conceito de verdade histórica conforme proposto por Jameson (2007), a diferença não se resolve em termos que costumavam ser formulados em algo como ao historiador interessa a verdade, ao ficcionista a imaginação. Os binômios e correspondências de pares não mais se mostram funcionais. Se a história se revela tão plural, se os modos de criação se mostram tão libertos de regras, qual é o sentido de denominar uma forma narrativa da ficção histórica? As fronteiras parecem cada vez mais borradas, mas nem por isso desapareceram sem deixar vestígios. É preciso mobilizar outro instrumental para percebê-las.

Se o estudioso da ficção histórica não pode ignorar a lição de Lukács, também não pode ficar preso a ela ou à tradição por ela instaurada, em paralelismos que já não contemplam nem os modos de fazer história nem de produzir ficção. O romance contemporâneo, a forma romanesca, não guarda muitas afinidades com o romance do século XIX, nem por isso deixou de ser chamado *romance*, assim como os estudos históricos estão bastante distantes do modo como se realizaram em outras épocas, nem por isso a área do conhecimento renega o termo *história*. Não estou naturalizando esses conceitos, não estou lhes negando os condicionamentos culturais, apenas quero dizer que não são estanques, que cumprem uma trajetória. Se reconhecemos que há percurso que se estende ao longo do tempo e no espaço, conforme o raciocínio de Perry Anderson, é preciso percebê-lo nos dois campos, na figuração romanesca e no modo de se fazer história.

O último ponto de parada no percurso teórico-crítico data do início da presente década. Trata-se de publicação coletiva. O periódico *Le débat*, que se apresenta como referente a três áreas — história, política e sociedade — dirigido pelo historiador Pierre Nora, dedicou o número 165, de maio-agosto de 2011, ao tema anunciado na capa

como “L’histoire saisie par la fiction” (a história apreendida pela ficção). É formulação cujo significado se aproxima do que venho denominando ficcionalização da história. Chama a atenção, no conjunto de artigos, a reiterada referência a três romances do século XXI que ficcionalizam a Segunda Guerra. As feridas ainda estão abertas, voltando a sangrar periodicamente. Essa frequência não resulta de carência de abordagens históricas. Os títulos sobre o evento também se multiplicaram nas estantes da história. Entretanto, as ficções recentes são apontadas como um marco, uma reviravolta nos discursos sobre esse período. Nem por isso os limites entre as áreas do conhecimento deixam de existir. O ensaio que abre o volume, assinado pelo próprio diretor, Pierre Nora, sob o título “História e romance: onde passam as fronteiras?”, reafirma a existência do limite, que localiza na *écriture*, ou seja, na construção textual. Na coletânea, não falta o historiador que aponta, desde o título do ensaio, os perigos do que denomina por um neologismo que funde fato e ficção — *faction* — caso do texto do inglês Antony Beevor, em “A ficção e os fatos. Perigos da ‘faction” (2011), no mesmo volume. Não falta ainda o paralelo, também anunciado no título, entre “narrativa de romancistas, narrativa de historiadores”, buscado em outro paralelismo, do *Nouveau Roman* com a *Nouvelle histoire*, o que a mim parece antes uma aproximação de expressões do que outra ordem de semelhança. A autoria é da historiadora Mona Ozouf. Quero marcar aqui o esforço da parte dos historiadores na leitura de ficcionalizações da história.

O volume abre espaço para ficcionistas e para estudiosos da literatura. No ensaio “História e literatura, sintoma da crise das disciplinas”, Antoine Compagnon (2011) faz circunstanciado exame do ensino na França, apontando as rígidas divisões de áreas aí vigentes como responsáveis pelas dificuldades para realizar estudos interdisciplinares, que poderiam comportar saídas para a crise das duas áreas. Na avaliação de Compagnon, a despeito dos esforços já realizados, a recorrência ao princípio de interfaces ainda não conseguiu resultados satisfatórios. Compagnon inicia

um item, que traz o título “Qual literatura?”, referindo número recente do histórico periódico *Annales* – histórico em duplo sentido, porque é da história e porque é um marco nos estudos históricos – de março-abril de 2010, intitulado “Saberes da literatura”. O problema apontado é que

a noção de literatura não é jamais interrogada nem historicizada como se esperaria de uma tomada de posição científica, [...] sem que aflore em nenhum lugar a questão da reunião de tantos textos heteróclitos sob o chapéu de uma categoria tão relativa, recente e local como a literatura. (COMPAGNON, 2011, p. 68, trad. nossa).<sup>3</sup>

*Mutatis mutandis*, não estaremos pagando na mesma moeda, procurando apreender o diálogo da ficção com a história dispensando tratamento tão genérico, ou mesmo superficial, à história, como se fosse um bloco, de Ranke a Tony Judt, ou de Michelet a Pierre Nora, para sermos temporal e espacialmente, recuando apenas até o século XIX e à Europa ocidental? Não se trata de nos arvorarmos em historiadores, requerermos competências que não temos, mas certamente precisamos ter clareza, minimamente, a que história estamos nos referindo, isto é, o que entendemos por História, para acolher ou não uma narrativa sob a rubrica *ficção histórica*. É uma tarefa que cabe a nós, leitores profissionais, não aos escritores de criação. O clima de *vale tudo* é apenas aparente, a rigor o momento é exigente e seletivo.

Fiz tal percurso de leitura em decorrência de minha atenção à ficção contemporânea. Mas não é apenas para a abordagem da ficção recente que essa atualização teórica é produtiva. A resignificação da história via ficção não é prerrogativa da contemporaneidade. Assim como não empregamos apenas teorias da época de escrita ou do lançamento de um título para ajuizar sobre ele, também a avaliação dos romances históricos do século XIX não precisa e não deve ficar restrita

---

<sup>3</sup> No original: “La notion de littérature n’y est jamais interrogée ni historicisée comme on l’aurait attendu une prise de position scientifique, [...] sans qu’affleure nulle part la question de la réunion de tant de textes hétéroclites sous le chapeau d’une catégorie aussi relative, récente et locale que celle de littérature.” (COMPAGNON, 2011, p. 68).

às teorias sobre o romance histórico oitocentista. Tomo como exemplo o mais notório autor brasileiro de romances históricos no período romântico, José de Alencar. A análise de *As Minas de prata* (1862-66) conforme o padrão de Walter Scott evidencia o poder de efabulação do escritor e a habilidade para criar, no cenário nacional, narrativa com todos os ingredientes do modelo. Já o título *Guerra dos Mascates*, cujo lançamento é da década seguinte (1873-74), foge a esse perfil. A crítica localiza a obra vários patamares abaixo em relação aos demais romances históricos do autor, quando não o ignora, simplesmente.

É certo que se trata de romance estranho, falho mesmo, se lido pelo filtro lukacsiano. O tempo narrado se encerra no momento em que o conflito histórico que dá título ao romance vai começar; no plano romanesco o dito conflito é desencadeado pela ação de mulheres, ofendidas por referências a sua aparência física em trovas escritas por encomenda de um e de outro lado; não há um herói positivo; o par amoroso não tem protagonismo; o atentado que vitimiza o governador, constante nos registros históricos, na narrativa ficcional é rebaixado a um tiro de sal. Tal enredo, marcado por ironia exacerbada, só pode resultar em exclusão do cânone romântico. Justamente na ironia reside seu traço definidor. A título de ilustração de seu uso, indico capítulo que narra que a apaixonada escreve um bilhete ao amado com sangue, a agulha de costura servindo para rasgar a veia e para escrever. Pode-se objetar que a passagem apresenta atitude romântica das mais exacerbadas. Esse juízo inverte-se ao se observar o título do capítulo: “O primeiro sangue derramado na famosa Guerra dos Mascates”. (p. 98) É verdade que Valéria de Marco, em *A Perda das Ilusões* (1993) percebeu a construção irônica. Mas seu trabalho não discute o conceito de romance histórico e a adequação de Alencar ao modelo, não é seu propósito.

Não se trata de etiquetar essa obra em particular como romance pós-moderno *avant la lettre*, ou como precursor do novo romance histórico. Quero tão somente considerar que uma leitura que mobilize repertório teórico nosso contemporâneo



pode perceber de modo diferente elementos que, em outro tempo, determinaram a desqualificação da obra. A revisitação da produção ficcional do oitocentos que dialoga com a história, liberta da camisa de força da teoria lukacsiana, pode produzir novos juízos sobre a história do romance histórico em língua portuguesa.

## REFERÊNCIAS

- AÍNSA, Fernando. La nueva novela histórica latino-americana. *Plural*, México, v. 240, p. 82-85, 1991.
- ALENCAR, José de. *Guerra dos Mascates*. 2 ed. São Paulo: Melhoramentos, s/d.
- ALENCAR, José de. *As minas de prata*. São Paulo: Ática, 2001.
- ANDERSON, Perry. Trajetos de uma forma literária. In *Novos Estudos*. CEBRAP, São Paulo, n. 77, p. 205-220, mar. 2007. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002007000100010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000100010)
- BASTOS, Alcmemo. *Introdução ao romance histórico*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007.
- BORGES, Jorge Luís. *Obras completas*. Buenos Aires: Emece Editores, 1995.
- CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas híbridas*. Trad. Heloísa Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- COMPAGNON, Antoine. Histoire et littérature, symptôme de la crise des disciplines. *Le débat*, L'histoire saisie par la fiction. Paris, n. 165, mai/août 2011, p. 62-70.
- ESTEVES, Antonio Roberto. *O novo romance histórico brasileiro contemporâneo (1975-2000)*. S. Paulo: Ed. UNESP, 2010.
- FERNANDEZ PRIETO, Célia. *História e novela*. Pamplona: EUNSA, 1998.
- HUTCHEON, Linda. *A poética do pós-modernismo*. História, teoria, ficção. Trad. Ricardo Cruz. São Paulo: Imago, 1991.
- JAMESON, Fredric. O romance histórico ainda é possível? In *Novos Estudos*. CEBRAP, São Paulo, n. 77, p. 185-203, mar. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/nec/n77/a09n77>  
*Le débat*, L'histoire saisie par la fiction. Paris, n. 165, mai/août 2011.
- LUKÁCS, György. *O romance histórico*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011 [1937].

MARCO, Valéria de. *A perda das ilusões*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

MARINHO, Maria de Fátima. *O romance histórico em Portugal*. Porto: Campo das Letras, 1999.

MENTON, Seymour. *La nueva novela histórica de la América Latina. 1979-1992*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

NORA, Pierre. Histoire et roman: où passent les frontières? L'histoire saisie par la fiction. *Le débat*, Paris, n. 165, mai/août 2011, p. 06-12.

OZOUF, Mona. Récit des romanciers, récit des historiens. *Le débat*, Paris, n. 165, mai/août 2011, p. 13-25.

PERKOWSKA, Magdalena. *Historias híbridas: la nueva novela histórica latinoamericana (1985-2000) ante las teorías posmodernas de la historia*. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert, 2008.

WEINHARDT, Marilene. Romance histórico: das origens escocesas ao Brasil finissecular. In \_\_\_\_ (org). *Ficção histórica: teoria e crítica*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2011a, p. 13-55.

\_\_\_\_. Outros palimpsestos: ficção e história – 2001-2010. In OURIQUE, João Luis Pereira; Cunha, João Manuel dos Santos; Neumann, Gerson Roberto (org.). *Literatura: crítica comparada*. Pelotas: Ed. Universitária PREC/UFPEL, 2011b, p. 31-55.